

MERCADO DE TRABALHO DA EDUCAÇÃO FÍSICA: UM BREVE ENSAIO SOBRE OS IMPACTOS DA REGULAMENTAÇÃO PROFISSIONAL

Alexandre Gomes Galindo*
alexandregalindo@bol.com.br

I- Aspectos introdutórios

Na consolidação dos fatos que escrevem a entrada da sociedade atual no novo milênio, tem ficado claro que os paradigmas clássicos e obsoletos, calcados em uma visão cartesiana-hierarquizada do universo, devem dar lugar a uma abordagem mais efetiva das coisas sob a ótica da complexidade, em um universo concretizado através de relações em forma de rede. Nesta concepção, o homem é automaticamente remetido a enfrentar imediatamente suas questões locais, ao mesmo tempo em que pondera a sua contextualização no âmbito regional, nacional e global.

Esta é uma das megatendências que estão envolvendo a sociedade atual em todas as suas áreas de relação. Os impactos da Era da Informação, provenientes em parte do desenvolvimento e democratização do acesso às tecnologias e aos canais de comunicação, provocaram um elevado intercâmbio entre culturas, com trocas aceleradas de informação, gerando com isso enormes mudanças e movimentos nunca vistos na história da sociedade humana.

A magnitude referente à complexidade desta teia é visualizada ao verificarmos, por exemplo, que um conhecimento produzido em um laboratório (ou empresa), no Japão, oriente médio ou continente asiático pode ser facilmente distribuído para todas as partes do mundo, com objetivo de ser alterado (ou melhorado) e reenviado para uma nova difusão quase em tempo real.

Desta forma, praticamente todas as áreas foram afetadas, inclusive no formato e dinâmica do mercado de trabalho, tanto no que se refere aos escopos das diversas profissões, quanto em suas relações econômicas e de serviço. Frente às demandas naturais de uma humanidade em plena mutação, vemos a todo o momento o desaparecimento de várias profissões, a alteração no campo de atuação de outras, bem como o surgimento de novas profissões.

A regulamentação da profissão de Educação Física no Brasil, homologada em 1998, representa o fruto da forte interação de vários vetores sociais, iniciada já na década de 1940, com objetivo de garantir à sociedade o oferecimento de serviços de qualidade nas áreas da saúde e educação, através de profissionais especializados, que utilizam como meio às atividades físicas nas diversas manifestações da cultura corporal.

Entretanto, frente à velocidade em que o mundo vem a todo o momento se modificando, bem como a concreta distensão do campo de atuação provocada pela regulamentação, torna-se imprescindível que as instituições formadoras e de regulamentação, bem como os profissionais de Educação Física, estejam continuamente alinhados e preparados para se adequarem às necessidades provenientes de uma sociedade que exige cada vez mais serviços confiáveis e de qualidade regular.

Desta forma, este breve ensaio busca refletir sobre os possíveis campos de atuação do profissional de Educação Física dentro do mercado brasileiro e servir de motivação para estudos mais profundos sobre temas emergentes dentro do escopo da intervenção. Convém também alertar que, face às limitações provenientes de foco e espaço destinado à atual reflexão, optou-se por

* Prof. de Educação Física, Bacharel e Mestre em Administração.

concentrar os esforços no caminho restrito da discussão sobre as esferas garantidas ao exercício profissional.

II- A função social da Educação Física

Na concepção clássica, a cultura do corpo era considerada como parte integrante da educação geral e como ratifica Gifi (1989, p.11), também considerada como sendo uma verdadeira e própria educação espiritual, na medida em que se constitui no tempo como um “*componente essencial da civilização de um povo e sempre tem mantido uma função determinante na evolução humana*”.

Dentro de um viés crítico e contundente sobre o papel da Educação Física como disciplina pedagógica, Castellani Filho (1998), contextualiza nacionalmente a noção de cultura corporal como objeto da Educação Física ao afirmar que:

“Trocando em miúdos, o que queremos dizer é o seguinte: integrante da cultura do homem e da mulher brasileiros, a *cultura corporal* constitui-se como uma totalidade formada pela interação de distintas práticas sociais, tais como a *dança, o jogo, a ginástica, o esporte* que, por sua vez, materializam-se, ganham forma, através das práticas corporais. Enquanto práticas sociais, refletem a atividade produzida humana de buscar respostas às suas necessidades. Compete assim, à Educação Física, dar tratamento pedagógico aos temas da cultura corporal, reconhecendo-os como dotados de *significado e sentido* porquanto construídos historicamente. (p.54)”

A noção de “*tratamento pedagógico*” dado aos temas da cultura corporal, proposto para ser exercido pela Educação Física no âmbito da escola, é ratificado e ampliado no Manifesto Mundial da Educação Física (FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 2000), quando em seus artigos 3º, 4º e 7º expressam:

“(…) Art. 3 - As atividades físicas, com fins educativos, nas suas possíveis formas de expressão, reconhecidas em todos os tempos como os meios específicos da Educação Física, constituem-se em caminhos privilegiados de Educação.

Art. 4- A Educação Física, pelo seu conceito e abrangência, deve ser considerada como parte do processo educativo das pessoas, seja dentro ou fora do ambiente escolar, por constituir-se na melhor opção de experiências corporais sem excluir a totalidade das pessoas, criando estilos de vida que incorporem o uso de variadas formas de atividades físicas.

(…) Art 7- A Educação Física, para que exerça sua função de Educação para a Saúde e possa atuar preventivamente na redução de enfermidades relacionadas com a obesidade, as enfermidades cardíacas, a hipertensão, algumas formas de câncer e depressões, contribuindo para a qualidade de vida de seus beneficiários, deve desenvolver nas pessoas os hábitos de prática regular de atividades físicas. (p. 51-52)”

Ao conceber as atividades físicas como meios específicos da Educação Física, faz-se necessário realizar a devida reflexão sobre qual o entendimento dado ao conceito do termo atividade física, para que se evite inferências sob bases conceituais diferenciadas. Em uma abordagem epidemiológica, Pitanga (2004) afirma que:

“A atividade física é definida como qualquer movimento corporal produzido pela musculatura esquelética, que resulta em gasto energético (Caspersen, Powel & Christenson, 1985), tendo componentes e determinantes de ordem biopsicossocial, cultural e comportamental. Pode ser exemplificada por jogos, lutas, danças, esportes, exercícios físicos, atividades laborais e deslocamentos; enquanto aptidão física seria uma série de atributos adquiridos em função da prática regular da atividade física. (p.12) ”

Seguindo a mesma linha de raciocínio e buscando estabelecer uma abordagem ainda mais operacional, o Conselho Federal de Educação Física (2002) em seu Documento de intervenção profissional, aponta que:

“Atividade física é todo movimento corporal voluntário humano, que resulta num gasto energético acima dos níveis de repouso, caracterizado pela atividade do cotidiano e pelos exercícios físicos. Trata-se de comportamento inerente ao ser humano com características biológicas e sócio-culturais.

No âmbito da Intervenção do Profissional de Educação Física, a atividade física compreende a totalidade de movimentos corporais, executados no contexto de diversas práticas: ginásticas, exercícios físicos, desportos, jogos, lutas, capoeira, artes marciais, danças, atividades rítmicas, expressivas e acrobáticas, musculação, lazer, recreação, reabilitação, ergonomia, relaxamento corporal, ioga, exercícios compensatórios à atividade laboral e do cotidiano e outras práticas corporais.”

Já o termo “Educação Física”, mesmo carregando em si um único núcleo finalitário, pode ter vários significados, dependendo do enfoque que é dado no momento do seu uso. O Conselho Federal de Educação Física, no mesmo documento referenciado anteriormente, esclarece que a Educação Física contempla, dentre outros, os seguintes significados:

- “(…)
- O conjunto das atividades físicas e desportivas;
 - A profissão constituída pelo conjunto dos graduados habilitados, e demais habilitados, no Sistema CONFED/CREFs, para atender as demandas sociais referentes às atividades físicas nas suas diferentes manifestações, constituindo-se em um meio efetivo para a conquista de um estilo de vida ativo dos seres humanos;
 - O componente curricular obrigatório, em todos os níveis e modalidades do ensino básico, cujos objetivos estão expressos em Legislação específica e nos projetos pedagógicos;
 - Área de estudo e/ou disciplina no Ensino Superior;
 - O corpo de conhecimentos, entendido como o conjunto de conceitos, teorias e procedimentos empregados para elucidar problemas teóricos e práticos, relacionados à esfera profissional e ao empreendimento científico, na área específica das atividades físicas, desportivas e similares.”

Desta forma, o paralelismo e vínculos entre as noções de cultura corporal, atividade física e a finalidade pedagógica da educação física se estabelecem através da similaridade e complementaridade conceitual dentre as diversas linhas que se intitulam doutrinárias sobre o tema, representadas diagramaticamente na Figura 1.

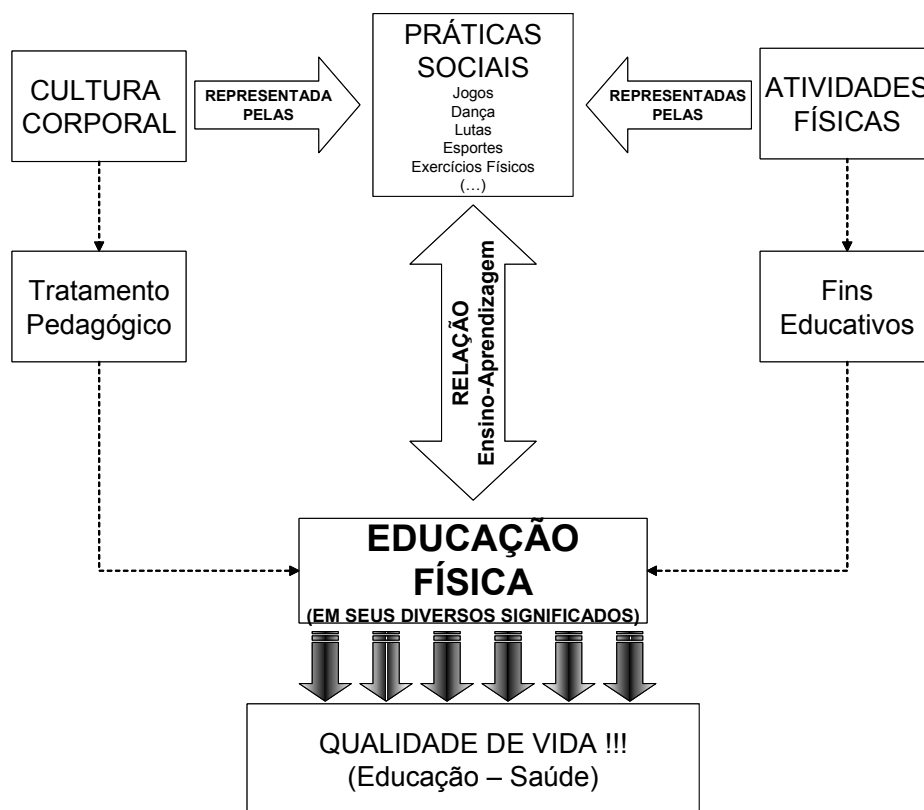


Figura 1 - Função social da Educação Física

Consequentemente, não é difícil perceber que mesmo possuindo uma visível abrangência, o termo Educação Física é cultural e cientificamente definido em bases que propiciam uma efetiva atuação profissional especializada capaz de gerar resultados efetivos para a sociedade, tanto dentro, quanto fora do ambiente escolar formal.

III- Antes da Regulamentação: O Professor de Educação Física

Evitando discorrer sobre as diversas transformações e conflitos que permearam o processo de surgimento e desenvolvimento da Educação Física no Brasil, pode-se considerar como ponto de partida e de entendimento comum que a escola brasileira tem tido o papel histórico fundamental como berço clássico para atuação do profissional.

Entretanto, a esfera escolar, devido a uma série de fatores tornou-se com o tempo, estreita para servir de único parâmetro concreto para a formação e exercício do profissional que deveria atender as exigências da sociedade. Segundo Oliveira (2000), a evolução tecnológica e o agrupamento de grandes massas populacionais, fizeram com que novas necessidades aflorassem. Entram em cena os esportes fora do ambiente escolar, às atividades voltadas para a melhoria da saúde, o lazer e as abordagens empresariais da área como poderosos atrativos de mercado para o professor formado.

As concepções de bacharelado versus licenciatura surgiram no final da década de 1980, como eixos de formação dos profissionais especializados que deveriam buscar espaço no mercado de trabalho tanto dentro quanto fora da escola. Entretanto, ao mesmo tempo em que o oferecimento

do bacharelato visou suprir o mercado fora da escola, provocou também o surgimento de profundas indagações sobre a necessidade de instrumentos jurídicos reguladores que garantissem o exercício profissional correto através de profissionais especializados.

Antes da regulamentação, o licenciado em Educação Física, apenas possuía a designação de professor, usufruindo somente a prerrogativa da profissão do magistério e ficando refém de um mercado que a cada momento o solicitava a prestar serviços correlatos fora da escola, concorrendo na maior parte das vezes com pessoas sem formação específica ou, na melhor das hipóteses, com profissionais possuidores de outra formação.

Dentro deste contexto, não existia nenhum órgão que por lei oficialmente exercesse o poder de defesa da sociedade, bem como dos próprios profissionais da educação física no exercício de sua função. Um exemplo comum residia na área esportiva, onde o professor de Educação Física competia com curiosos e/ou ex-atletas (que geralmente eram inclusive confundidos como professores) no exercício de funções especializadas como as de técnico, preparador físico, treinador e etc., provocando com isso várias distorções, bem como dificuldades de entendimento e comunicação, muitas das vezes atribuídas à classe dos professores graduados.

Um primeiro avanço concreto ocorreu com o advento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB de 1996, que garantiu a profissionalização adequada para o ensino, quando firma a obrigatoriedade da licenciatura plena de nível superior correspondente a cada disciplina do currículo escolar como formação exigida para o exercício do magistério. Inclusive foi permitido na Lei um prazo para as instituições de ensino se adequarem até o ano de 2007.

Outro avanço, oriundo do Conselho Nacional de Saúde, se fez presente, antes da regulamentação profissional. Foi o reconhecimento dos Profissionais de Educação Física de nível superior como sendo profissionais de saúde (Resolução nº 218 do CNS de março de 1997).

O avanço mais decisivo ocorreu com a promulgação da Lei 9696 de 1º de setembro de 1998, que regulamentou a profissão e criou os Conselhos Federal e Regionais de Educação Física, dando assim suporte as duas áreas básicas de atuação profissional. Aproximadamente um mês depois, houve a inclusão da categoria dos Profissionais de Educação Física de nível superior no rol de categorias com fins de atuação no Conselho Nacional de Saúde, através da Resolução 287 do CNS de outubro de 1998.

No que diz respeito ao peso ainda existente da área escolar, como um forte campo de absorção de profissionais, Oliveira (2000) propõe três hipóteses empíricas que podem estar influenciando na existência de um pequeno componente de inércia dentro do processo de ampliação e preenchimento dos diversos campos de atuação da Educação Física.

A primeira hipótese está calcada na argumentação de que “*os cursos de graduação em Educação Física não estariam preparados para oferecer uma formação adequada aos novos anseios sociais*”. A segunda hipótese, está apoiada na proposição de que “*a experiência de mercado de trabalho livre é uma coisa nova para o profissional de Educação Física, e ele não estaria totalmente preparado para tal*”. Já a terceira hipótese, dependente das duas anteriores, firma seu vetor na suposição de que “*o profissional se dirige à escola porque, em decorrência da formação recebida, não daria conta do atendimento das novas exigências de mercado*”.

As hipóteses acima não encontram traços sólidos de concretude, na medida em que a realidade nacional é bastante heterogênea para generalizações desta magnitude, bem como frente aos resultados obtidos por Leme (2005), ao avaliar o perfil do profissional de Educação Física registrado no Conselho Regional do Estado do Rio de Janeiro. De acordo com os dados, 30,7% dos

profissionais atuam preferencialmente em escolas, sendo que 25,5% realizam intervenções em educação física escolar (Tabelas 1 e 2). Estes dados demonstram que a escola e a educação física escolar, efetivamente dividem fatias maiores de mercado com outros locais e outras atividades de intervenção.

Tabela 1- Locais de trabalho preferenciais*

LOCAIS	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL
ACADEMIA	104	45,0
CLUBE	56	24,2
ESCOLA	71	30,7
CONDOMÍNIO	14	6,1
ÁREAS PÚBLICAS	13	5,6
OUTROS	39	16,9
TOTAIS	297	128,5

(*). Frequência > 231 e Percentual > 100 = Sobreposição de Respostas

Fonte: Leme (2005)

Tabela 2- Opções de campo de intervenção*

LOCAIS	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL
ESPORTE DE RENDIMENTO	46	19,9
PROMOÇÃO DA SAÚDE	112	48,5
ESTÉTICA CORPORAL	60	26,0
LAZER	29	12,6
ADMINISTRAÇÃO	17	7,4
EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR	59	25,5
OUTROS	28	12,1
TOTAIS	351	152,0

(*). Frequência > 231 e Percentual > 100 = Sobreposição de Respostas

Fonte: Leme (2005)

Em estudo relacionado com os estágios extra-curriculares realizados por alunos de 1º e 2º anos do curso de graduação em Educação Física da Universidade Federal de São Carlos, Ramos (2002), identificou que os três fatores básicos que motivam os mesmos a procurarem esta categoria de estágio são a aquisição de experiência; a aquisição de conhecimento e motivos econômicos.

Consequentemente, sob a ótica do movimento histórico, pode-se incluir no bojo desta reflexão uma quarta hipótese empírica que não estaria apenas influenciando, como também determinando o ritmo do processo de consolidação da profissão em seu ciclo de vida. Esta hipótese estaria centrada na seguinte afirmativa: *A regulamentação da profissão de Educação Física encontra-se em plena fase inicial de seu ciclo de vida, sendo necessário tempo e ações estrategicamente direcionadas com objetivo de consolidar as etapas de crescimento e maturidade.* É claro que se faz necessário estudos sistematizados com o propósito de identificar tendências em cima de indicadores confiáveis que possam refletir um perfil capaz de gerar inferências realísticas e não apenas conjecturas baseadas em suposições pessoais.

IV- Após a Regulamentação: O Profissional de Educação Física

Depois de um histórico processo de longo e exaustivos esforços de mobilização e engajamento social, relatado em detalhes pelo Departamento de Pesquisa da Associação dos Profissionais de Educação Física do Rio de Janeiro (REVISTA SPRINT MAGAZINE, 1999), e que veio sendo amadurecido desde a década de 1940, o Brasil presencia o promulgação da Lei que

regulamenta a profissão e a cria os Conselhos Federal e Regionais de Educação Física no ano de 1998.

Foram aproximadamente 50 anos de amadurecimento sobre o tema, com a realização de amplos debates e fervorosas discussões democráticas, culminadas por uma audiência pública em que o relator do Projeto de Lei, ao final de todas as exposições, apresentou uma caixa contendo milhares de correspondências, que ele afirmara ter recebido, com 99% de votos favoráveis a regulamentação profissional. Por fim, após a conclusão da redação final, o projeto foi submetido à discussão pelo Congresso Nacional, sendo aprovado por unanimidade e imediatamente encaminhado para a sanção presidencial.

Desde então, o Brasil tem presenciado significativas mudanças no contexto das atividades relacionadas com a intervenção do profissional da Educação Física. Já em janeiro de 1999, tomaram posse os primeiros conselheiros federais e a partir de então, foram criados vários Conselhos Regionais com o passar do tempo, em função do número de profissionais que se regulamentavam. No mesmo ano, o CONFEF concentrou esforços na direção da agilizar a tramitação do Projeto de Lei que tornava a educação física como um componente curricular obrigatório da Educação Básica, projeto esse sancionado pela Lei 10328 de 12 de dezembro de 2001 (Educação física escolar: nossa conquista passo a passo, 2002).

De acordo com Esteves (2003), houve um vertiginoso aumento do número de aprovação de leis de interesse social relacionado com a Educação Física, demonstrando o impacto dos primeiros cinco anos de regulamentação profissional na esfera dos poderes públicos federal, estadual e municipal. Dentro deste mesmo horizonte, Steinhilber (2005), apresenta um mapeamento com a distribuição do montante de habilitados no Brasil totalizando 94.672 profissionais registrados, com uma expectativa de crescimento real de aproximadamente 20.000 profissionais/ano.

No que se refere ao campo de atuação profissional, pode-se usar como referencia vários parâmetros balizadores com o intuito de evidenciar as diversas opções de mercado de trabalho dentro de um contexto amparado pela regulamentação.

Inicialmente convém identificar as diversas competências relacionadas com as áreas da atividade física e do desporto, compreendidas no artigo 3º da Lei 9696/98, de acordo com o quadro a seguir.

Quadro 1- Competências do Profissional de Educação Física nas áreas da Atividade Física e do Desporto

AÇÕES	OBJETOS
Coordenar, Planejar, Programar, Supervisionar, Dinamizar, Dirigir, Organizar e Executar	TRABALHOS, PROGRAMAS, PLANOS e PROJETOS
Prestar Serviços	AUDITORIA, CONSULTORIA E ASSESSORIA
Realizar	TREINAMENTOS ESPECIALIZADOS
Participar de	EQUIPES MULTIDISCIPLINARES E INTERDISCIPLINARES
Elaborar	INFORMES TÉCNICOS, CIENTÍFICOS e PEDAGÓGICOS

Fonte: CONFEF, 2002.

Já, a Resolução nº 046/2002 do CONFEF, que dispõe sobre a Intervenção do Profissional de Educação Física, focaliza os fundamentos da prática dentro do mercado, conforme fica evidente no quadro 2.

Quadro 2- Aspectos relacionados com a Intervenção do Profissional de Educação Física

QUESTÕES CENTRAIS	DEFINIÇÕES
O PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA É	<i>Especialista em atividades físicas</i> , nas suas diversas manifestações
TENDO COMO PROPÓSITO	<i>Prestar serviços que favoreçam o desenvolvimento da Educação e Saúde</i> , contribuindo p/ CAPACITAÇÃO e/ou RESTABELECIMENTO de níveis adequados de DESEMPENHO E CONDICIONAMENTO FISIOCORPORAL dos seus beneficiários
VISANDO	à consecução do <i>bem-estar e da qualidade de vida, da consciência, da expressão e estética do movimento, da prevenção de doenças, de acidentes, de problemas posturais, da compensação de distúrbios funcionais</i>
CONTRIBUINDO AINDA PARA	a <i>consecução da autonomia, da auto-estima, da cooperação, da solidariedade, da integração, da cidadania, das relações sociais e a preservação do meio ambiente</i>
OBSERVADO OS PRECEITOS DE	<i>Responsabilidade, Segurança, Qualidade Técnica e Ética no atendimento individual e coletivo</i>

Fonte: CONFED, 2002.

Em uma simples observação nos quadros anteriormente apresentados e apenas com a leitura dos aspectos básicos da atuação profissional, verifica-se de imediato o aumento da amplitude de serviços provocado, frente ao mercado de trabalho anteriormente restrito do professor. O impacto da regulamentação também foi observado na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), de acordo com o quadro 3.

Quadro 3- Nova Classificação Brasileira de Ocupações

CÓDIGO	OCUPAÇÃO
2313-15	Professor de educação física do ensino fundamental - <i>Professor de educação física na educação de jovens e adultos do ensino fundamental de 5ª a 8ª série</i>
2321	Professor de educação física no ensino médio
2344	Professor de educação física no ensino superior
2241-05	Avaliador físico - <i>Orientador fisiocorporal</i>
2241-10	Ludomotricista - <i>Cinesiólogo ludomotricista</i>
2241-15	Preparador de atleta
2241-20	Preparador físico - <i>Personal treanning, Preparador fisiocorporal</i>
2241-25	Técnico de desporto individual e coletivo (exceto futebol) - <i>Treinador assistente de modalidade esportiva, Treinador auxiliar de modalidade esportiva, Treinador esportivo</i>
2241-30	Técnico de laboratório e fiscalização desportiva
2241-35	Treinador profissional de futebol - <i>Auxiliar técnico- no futebol, Auxiliar técnico- nos esportes, Coordenador de futebol, Professor de futebol</i>

Fonte: Revista E.F Educação Física, nº 5, 2002.

Fica patente, ao analisarmos a Nova CBO, que com a regulamentação ocorre uma ampliação das possibilidades de ocupação formal para o antigo professor de educação física em aproximadamente 230%. Sem levar em consideração os aspectos relacionados com as demandas e com os níveis médios de remuneração profissional em cada ocupação, verifica-se que enquanto o licenciado dispõe de 30% das ocupações existentes, os bacharéis dispõem de 70%.

Ao refletir sobre o mercado de trabalho em Educação Física e a formação do profissional, Oliveira (2000) apresenta cinco grandes áreas de atuação profissional, representadas pela escola; saúde; lazer; esporte e empresa, de acordo com descrição apresentada no quadro a seguir.

Quadro 4- Áreas de atuação profissional em Educação Física

ÁREA DE ATUAÇÃO	DESCRIÇÃO
ESCOLA	<ul style="list-style-type: none"> • Creche/Pré-escola • 1º grau (8 séries iniciais) • 2º grau (3 séries) • 3º grau
SAÚDE	<ul style="list-style-type: none"> • Hospitais • Clínicas de recuperação (cardíaca e fisioterápica) • Clínicas de reeducação motora • Centro de tratamento de distúrbios motores/mentais • Outros
LAZER	<ul style="list-style-type: none"> • Clubes • Hotéis • Estâncias hidrominerais • Hotéis fazendas • SESC • SESI • Animação de festas • Outros
ESPORTE Profissional e Amador	<ul style="list-style-type: none"> • Clubes esportivos • Empresas • Prefeituras • Clubes sociais • Outros
EMPRESA	<ul style="list-style-type: none"> • Industrias • Academias • Escolas de natação • Escolas de tênis • Escolinhas de forma geral • Outros

Fonte: Oliveira (2000).

Ao associar as áreas propostas por Oliveira, com os setores de mercado público e privado, obtém-se uma matriz de segmentação (Figura 2) capaz de facilitar a categorização de nichos promissores de acordo com o perfil e/ou preferência de atuação do profissional.

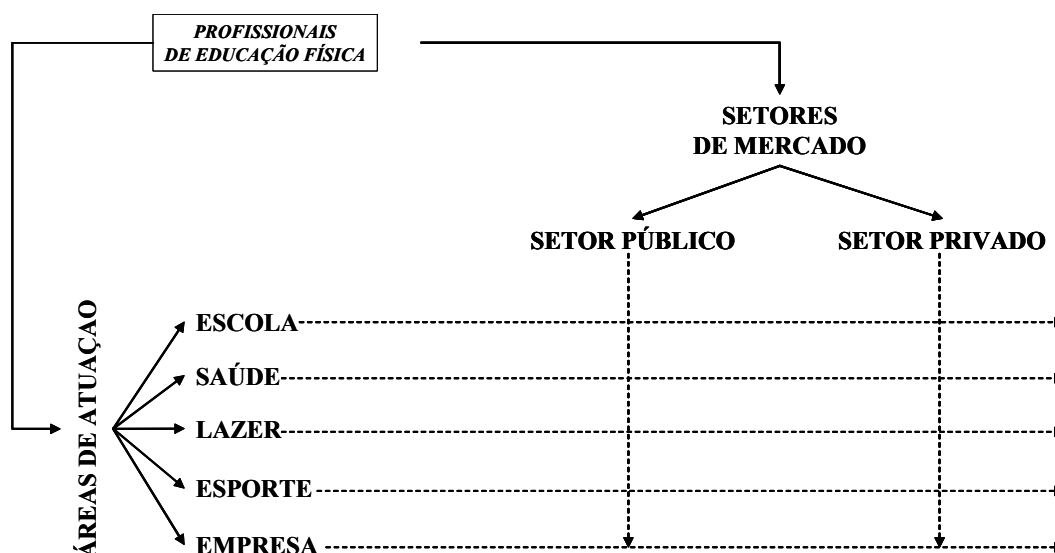


Figura 2 - Matriz de Segmentação de Mercado do Profissional de Educação Física

Toscano (2000), em trabalho que analisa o potencial das Academias de Ginástica como centros especializados de serviços de saúde, alerta sobre a necessidade da incorporação dos

conceitos epidemiológicos na prática dos profissionais de Educação Física, para a devida fundamentação técnica e respaldo nas suas intervenções como um profissional de saúde.

Conceituando epidemiologia como uma ciência responsável pelo estudo dos fenômenos relacionados com o binômio saúde-doença, bem como seus determinantes em grupos da população, Pitanga (2004) afirma:

“Dessa forma, observa-se que existe relação muito próxima entre epidemiologia da atividade física, saúde e qualidade de vida, todos com inserções e componentes de ordem biopsicossocial, comportamental e ambiental. Assim, maiores níveis de prática de atividades físicas parecem ser um dos fatores determinantes da saúde, que por sua vez, estando nas proximidades do pólo positivo deverá influenciar na melhoria da qualidade de vida da população. (p.49)”

Na busca de identificar possíveis áreas de interação multiprofissional, sob a ótica do rol dos profissionais da saúde, tanto no âmbito escolar, quanto fora da escola, torna-se plausível a realização de estudos que identifiquem e combinem potenciais focos de intervenção mútua através do uso de uma matriz de interação entre as diversas profissões e o profissional de Educação Física dentro e fora do ambiente escolar (ver sugestão de Matriz no quadro a seguir)

Quadro 5- Sugestão de Matriz de estudo dos focos de interação multiprofissional

PROFISSIONAIS DE SAÚDE	PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO FÍSICA	
	FOCOS COMUNS DE INTERVENÇÃO NO AMBIENTE ESCOLAR	FOCOS COMUNS DE INTERVENÇÃO NO AMBIENTE NÃO-ESCOLAR
ASSISTENTES SOCIAIS		
BIÓLOGOS		
ENFERMEIROS		
FARMACÊUTICOS		
FISIOTERAPEUTAS		
FONOAUDIÓLOGOS		
MÉDICOS		
MÉDICOS VETERINÁRIOS		
NUTRICIONISTAS		
ODONTÓLOGOS		
PSICÓLOGOS		
TERAPEUTAS OCUPACIONAIS		

Nesta perspectiva, abre-se um leque diferenciado de oportunidades de intervenções especializadas e/ou multiprofissionais, principalmente ao se ancorar os esforços na abordagem preventiva da saúde. Kloetzel (1973) enfatizando a diferença entre as abordagens curativa e preventiva da medicina, afirma que enquanto as medidas de prevenção das enfermidades são realizadas em três níveis (Prevenção Primária, Secundária e Terciária), o enfrentamento das debilidades no âmbito comunitário, deve perpassar por quatro estágios formais (quadros 6 e 7).

Quadro 6- Níveis de intervenção preventiva na área da saúde

NÍVEL DE ATUAÇÃO	ATIVIDADE
PREVENÇÃO PRIMÁRIA	<ul style="list-style-type: none"> • Propaganda de Saúde • Proteção Específica
PREVENÇÃO SECUNDÁRIA	<ul style="list-style-type: none"> • Diagnóstico Precoce e Tratamento • Limitação de Invalidez
PREVENÇÃO TERCIÁRIA	<ul style="list-style-type: none"> • Reabilitação

Fonte: Kloetzel (1973)

Quadro 7- Estratégias de intervenção preventiva comunitária na área da saúde

ESTÁGIOS	ESTRATÉGIAS
PRIMEIRO ESTÁGIO	<ul style="list-style-type: none">• Colheita das cifras que expressam uma situação (morbilidade, mortalidade) - <i>Epidemiologia</i>
SEGUNDO ESTÁGIO	<ul style="list-style-type: none">• Estudo das correlações, a procura de causas para os efeitos observados - <i>Epidemiologia, análise dos dados - Estatística</i>
TERCEIRO ESTÁGIO	<ul style="list-style-type: none">• Início da Ação: Prevenção Primária, legislação - <i>Educação Sanitária, Medicina Social e Preventiva, Legislação de Saúde</i>
QUARTO ESTÁGIO	<ul style="list-style-type: none">• Medidas saneadoras do ambiente - <i>Saúde Pública, Medicina do Trabalho, Organização de Serviços de Saúde</i>

Fonte: Kloetzel (1973)

Sob este ponto de vista, observa-se novos parâmetros para a elaboração de novas matrizes de segmentação na área da saúde, capazes de proporcionar uma melhor visualização das opções existentes para uma intervenção adequada do profissional de Educação Física.

No que se refere à área do lazer, Pimentel (2002) enfatiza que o mercado tradicional (representado pelas Colônias de Férias Escolares e as opções clássicas ofertadas pelo poder público) tem se ampliado, abrangendo uma gama maior de opções de atuação como hotéis; resorts; acampamentos; agências públicas; empresas; parques temáticos; clubes; agências de turismo; ADCs; eventos; grupos de interesse; associações e ONGs. Entretanto, ao mesmo tempo em que o profissional de Educação Física possui um leque distendido de opções na área do lazer, outros profissionais encontram na mesma área um excelente mercado para concentrar suas forças de trabalho (como por exemplo administradores, turismólogos, gestores do lazer, arte-educadores, comunicadores e pedagogos).

Ao lembrar a variedade de funções e formações possíveis, conforme as exigências administrativas, organizacionais e instrumentais das ações implementadas na área do Lazer, o referido autor enfatiza:

“Assim, teríamos quatro níveis hierárquicos que vão da formação mais abrangente a mais específica: gestão e consultoria (gerentes, consultores, dirigentes); funções polivalentes (programadores, animadores); funções especializadas (monitores, recreadores, recepcionistas) e voluntários em alguma atividade em especial (Pina, 1995, p.126). Essa divisão didática facilita perceber a multiplicidade de trabalhadores necessários ao mercado do lazer. (p.31-32)”

Nesta perspectiva, o profissional de Educação Física é levado a redimensionar sua intervenção no lazer, sendo a relação dos conhecimentos da educação com as práticas corporais no tempo livre uma âncora forte que dá sentido ao seu papel neste contexto.

O potencial de intervenção existente nos logradouros públicos, em especial nos parques é analisado por Torrens e Santos (2003), ao apresentarem dados indicando que a maioria das pessoas que freqüentam os parques realiza atividades de forma desorientada, existindo poucos profissionais atuando na prescrição e organização de atividades físicas. Uma análise mais aprofundada sobre os traços encontrados no estudo possibilita a inferência de que esta é uma área possuidora de enorme demanda latente sendo necessário à implementação de estratégias adequadas e inovadoras para suprir as necessidades deste segmento específico, tanto no que se refere à prescrição de atividades físicas, quanto ao oferecimento de atividades de lazer.

Na esfera escolar, pensada como centro cultural, as construções focadas nas vivências significativas relacionadas aos vários campos lúdicos da realização humana, surgem como alternativas concretas de intervenção. É dentro deste cenário que o teatro; a dança; o cinema; o

esporte; a ginástica; a pintura; a jardinagem; o associativismo; entre outras aparecem como efetivas opções ao profissional.

Percebe-se que, além das possibilidades de atuação em lazer no âmbito do planejamento, supervisão, pesquisa, gestão e execução, os profissionais devem constantemente amadurecer propostas de escopo de intervenções, calcadas nos resultados gerados pelos processos de cooperação interdisciplinar, revalorização e qualificação dos envolvidos e de enfrentamento ético-profissional do uso ideológico inadequado da recreação e do lazer.

Já, em uma abordagem analítica sobre mercado de trabalho na área da administração desportiva, Rezende (2000) cita várias opções de atuação do profissional no esporte, listando os tipos de organizações correlatas (Quadro 8); os tipos de cargos possíveis (Quadro 9) e correlacionando funções com atividades e tipos de organizações (Quadro 10).

Quadro 8- Exemplos de organizações correlatas com a prestação de Serviços em Educação Física

TIPO DE ORGANIZAÇÃO	ORGANIZAÇÕES
ORGANIZAÇÕES QUE EXISTEM EM FUNÇÃO DA ATIVIDADE FÍSICA, ESPORTIVA E DE LAZER	<ul style="list-style-type: none"> • Centros de Treinamento e Escolinhas de Modalidades Esportivas (Futebol, Vôlei etc); • Academias voltadas para atividade física e/ou esportiva (ginástica, tênis); • Clubes e associações exclusivamente esportivos (Futebol, Vôlei, Natação, Hipismo etc.); • Empresas de consultoria e assessoria em negócios esportivos, de lazer e recreação; • Ligas, Federações, Confederações Esportivas; • Outras entidades voltadas para o esporte (Fundações, Instituições, Comitês etc.).
ORGANIZAÇÕES QUE POSSUEM SETORES VOLTADOS PARA A ATIVIDADE FÍSICA, ESPORTIVA E DE LAZER	<ul style="list-style-type: none"> • Prefeituras Municipais (através de suas secretarias/departamentos de esporte, lazer e recreação); • Governos Estaduais (através de suas secretarias/coordenadorias/ delegacias de esporte, lazer e recreação); • Governo Federal (através do Sistema Brasileiro do Desporto); • Clubes Sociais (através de seus departamentos de esporte, lazer e recreação); • Entidades representativas (SESI, SESC, sindicatos); • Hotéis, academias, <i>shopings</i>, restaurantes (através de seus departamentos e instalações esportivas e de recreações).

Fonte: Rezende (2000)

Quadro 9- Exemplo de cargos que podem se ocupados por profissionais em Educação Física

FUNÇÕES	CARGOS
SUPEVISÃO OU GERÊNCIA	<ul style="list-style-type: none"> • Departamentos de Esporte; • Departamentos de Educação Física; • Departamentos de modalidades esportivas específicas (Futebol, Basquetebol etc.); • Departamentos de atividades físicas específicas (ginástica, musculação etc.); • Departamentos de Organização de Eventos Esportivos; • Departamentos de Recreação e Lazer etc.
DIRETORIA	<ul style="list-style-type: none"> • Diretor de Unidade Esportiva; • Diretor de Esporte de entidades, fundações, instituições, clubes, associações etc; • Secretário de Esporte de governos municipais e estaduais, ou membro do Sistema Brasileiro do Desporto; • Presidente de clubes e associações esportivas, ligas, federações, confederações; • Superintendente de regiões ou conjunto de unidades esportivas etc.
PROPRIETÁRIO ADMINISTRADOR Gerente de micro ou pequenas empresas como:	<ul style="list-style-type: none"> • Centro de Treinamentos e Escolinhas de Esporte; • Academias de Esporte ou Atividades Físicas; • Empresas de Recreação e Lazer; • Empresas promotoras de eventos; • Empresas de Consultoria e Assessoria esportiva etc.

Fonte: Rezende (2000)

Quadro 10- Funções e Atividades básicas exercidas pelo profissional de Educação Física

FUNÇÃO	ATIVIDADE BÁSICA	TIPO DE ORGANIZAÇÃO
Professor de Educação Física	Ministrar aulas para alunos do ensino fundamental ao superior.	Estabelecimentos de ensino público e particular.
Professor de Educação Física	Desenvolver atividades físicas, esportivas e recreativas, associadas, ou não, a programas de fisioterapia e reabilitação.	Clínicas de emagrecimento, de repouso, de idosos, de fisioterapia e medicina esportiva, entidades assistenciais de apoio e recuperação a portadores de deficiência, hospitais psiquiátricos, órgãos públicos etc.
Treinador Esportivo	Treinamento básico e fundamental em determinada modalidade esportiva.	Centros de treinamento esportivo, escolinhas, prefeituras, clubes etc.
Técnico Esportivo	Treinamento técnico e tático de alto nível.	Clubes, associações, academias esportivas etc.
<i>Personal Trainer</i>	Desenvolver programas de condicionamento físico individual.	Executivos, artistas, atletas, idosos etc.
Preparador Físico	Preparação física de alto nível para atletas.	Clubes, associações, academias esportivas etc.
Professor de Academia	Ministrar aulas de ginástica (aeróbica, localizada, <i>Step</i> etc.), musculação, condicionamento físico etc.	Academias de ginástica, dança e condicionamento físico.
Agente de Lazer e Recreação	Desenvolver atividades de lazer e recreação para crianças, jovens, adultos e idosos.	Clubes, hotéis, acampamentos, <i>Shoppings</i> , <i>Buffets</i> ...
Supervisor de Esporte e/ou Lazer/Recreação	Desenvolver programas esportivos e recreativos.	Indústrias, ADCs, Associações comerciais, entidades de classe etc.
Dirigente Esportivo	Administrar negócios esportivos.	Clubes, empresas especializadas, ligas, federações, secretarias de esporte etc.

Fonte: Rezende (2000)

O leque de opções de mercado na esfera do esporte e especificamente na gestão esportiva além de extenso necessita urgentemente de ser ocupado por profissionais especializados na área administrativa, pois segundo conclusões de Capinussú (2002):

“Ao administrador desportivo é imprescindível um conhecimento básico de marketing, promoção de eventos, legislação, direito administrativo e do trabalho, desenvolvimento organizacional, técnicas gerenciais, relações humanas e outros elementos de substancial importância, úteis para que ele possa realizar seu trabalho de forma tranqüila e evidenciar conhecimentos suficientes para resolver os mais complexos problemas surgidos no dia a dia de suas atividades.

Sendo um profissional liberal de uma área diferente do magistério de Educação Física e se especializando em Administração Desportiva, a ele cabe apresentar sugestões destinadas à solução de determinados problemas que sejam até mais coerentes em sua aplicabilidade. (p.98)”

Levando em consideração que as modalidades esportivas podem ser desenvolvidas com abordagens diferenciadas, em função da área de atuação e da formação técnica do profissional, Galindo (2001) apresenta uma primeira versão analítica do potencial mercado de trabalho dos profissionais especializados em Karate, representada no quadro a seguir.

Quadro 11- Potencial mercado de trabalho para o ensino do Karate

ÁREA DE ATUAÇÃO	ESPECIALISTA	ABORDAGEM
Escola (Educação Física)	Professor de Educação Física Graduado em Karate	Ed. Física Escolar (Esporte Educacional)
Escola (Ativ. Extra-Curricular)	Instrutor de Karate	Esportiva e Artística
Academias de Ginástica, Clubes Esportivos e Empresas	Instrutor de Karate	Esportiva e de Defesa Pessoal
Academias de Karate	Instrutor de Karate	Arte Marcial Tradicional
Centros Especializados (APAE - CEESP - 3ª Idade)	Instrutor de Karate com Especialidade na Área	Esportiva e Filosófica
Centros Comunitários	Instrutor de Karate	Esportiva e Filosófica
Setores de Segurança (PM-PC-BM-GM-Seguranças)	Instrutor de Karate	Defesa Pessoal
Projetos de Ação Social (Federal-Estadual-Municipal)	Professor Ed .Física F Preta (Coord) e Instrutor de Karate	Esportiva e Filosófica

Fonte: Galindo (2001)

Para balizar as ações de prestação de serviços utilizando o Karate como atividade meio, o autor sugere o uso das seguintes diretrizes na estruturação dos planos de trabalho: 1) associação das ações com os benefícios da filosofia do Karate-Do; 2) enfrentamento do tempo ocioso das pessoas através de uma atividade sadia; 3) a prática desta arte marcial como ação integradora na redução da criminalidade e exclusão e 4) integração social associada ao cultivo do regionalismo.

Na área empresarial, dentre as diversas opções de atuação vinculadas ao exercício profissional em Educação Física, vale destacar o sutil impacto provocado pela Resolução nº 1.003/04, do Conselho Regional de Contabilidade, que aprovou a NBC T 15, instituindo a Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental, com previsão para vigorar a partir de 01 de janeiro de 2006.

De acordo com a referida norma, as empresas deverão complementar seus sistemas de informação contábil com as informações de natureza social e ambiental estratificadas em quatro categorias: 1) A Geração e a Distribuição de Riqueza; 2) Os Recursos Humanos; 3) A Interação da Entidade com o Ambiente Externo e 4) A Interação com o Meio Ambiente.

Sobre a geração e distribuição de riquezas, a empresa deverá informar a riqueza gerada e distribuída, conforme a Demonstração do Valor Adicionado. No que se refere aos recursos humanos, deve-se incluir os dados vinculados à remuneração, benefícios concedidos, composição do corpo funcional, contingências e passivos trabalhistas. As informações relacionadas com a interação da entidade com o ambiente externo, devem contemplar dados sobre o relacionamento com a comunidade na qual a entidade está inserida, com os clientes e com os fornecedores, devendo inclusive indicar os incentivos decorrentes dessa interação. Já, a interação com o meio ambiente, deve estar representada na Demonstração através de dados sobre investimentos e gastos na área, bem como valores de multas/indenizações de natureza ambiental e passivos/contingências ambientais.

Compondo do rol obrigatório de itens a serem destacados nesta Demonstração, cinco possuem relação direta com a Educação Física, entendida como profissão regulamentada, focada nas áreas da educação e da saúde (Quadro 12).

Quadro 12- Itens da NBC T 15 que possuem relação com a Profissão de Educação Física

CATEGORIA DA INFORMAÇÃO	OBJETO DA INFORMAÇÃO	ITEM
(15.2.2) RECURSOS HUMANOS	(15.2.2.2) QUANTO À REMUNERAÇÃO E BENEFÍCIOS CONCEDIDOS AOS EMPREGADOS, ADMINISTRADORES, TERCEIRIZADOS E AUTÔNOMOS	(g) GASTOS COM SAÚDE
		(i) GASTOS COM EDUCAÇÃO (EXCLUÍDOS OS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL)
(15.2.3) INTERAÇÃO DA ETIDADE COM O AMBIENTE EXTERNO	(15.2.3.2) NAS INFORMAÇÕES RELATIVAS À INTERAÇÃO COM A COMUNIDADE, DEVEM SER EVIDENCIADOS OS TOTAIS DOS INVESTIMENTOS	(a) EDUCAÇÃO, EXCETO A DE CARÁTER AMBIENTAL
		(c) SAÚDE E SANEAMENTO
		(d) ESPORTE E LAZER, NÃO CONSIDERADOS OS PATROCÍNIOS COM FINALIDADE PUBLICITÁRIA

Fonte: Conselho Federal de Contabilidade (2004)

Enquanto as informações contábeis, contidas nas Demonstrações de Informações de Natureza Social e Ambiental das empresas são de responsabilidade técnica de contabilista registrado em Conselho Regional de Contabilidade (cujo foco está centrado na averiguação dos documentos comprobatórios oriundos de fontes contábeis e não-contábeis), compete ao profissional de Educação Física registrado em Conselho Regional de Educação Física, operacionalizar as ações implementadas pelas empresas dentro das esferas relacionadas ao seu exercício profissional.

Surgem aí dois nichos de mercado inquestionáveis. O primeiro diz respeito aos próprios focos legais de intervenção profissional nas ações implementadas pelas empresas nas esferas da educação, da saúde e do esporte. O segundo consolida o sentido da Fiscalização e Auditoria em Educação Física, na medida em que a atuação efetiva dos Conselhos Regionais de Educação Física estaria voltada para evitar o exercício ilegal da profissão por pessoa não habilitada e para realizar as devidas averiguações nas atividades implementadas pelas empresas, rastreadas pelas suas próprias demonstrações contábeis, em especial a Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental.

V- Considerações Finais

A Lei 9696/98, pode ser considerada como marco regulatório crítico do exercício profissional em Educação Física no Brasil e marco histórico da área desencadeando um processo de mudanças positivas para a sociedade brasileira. Entretanto, e naturalmente como é de se esperar nos processos iniciais de uma profissão regulamentada, existem alguns desafios a serem superados, como:

- 1- A necessidade de definição mais clara das relações de mercado entre licenciados e bacharéis (inclusive no que diz respeito à atuação desses profissionais junto ao Conselho Nacional de Saúde);

- 2- A importância de revisão nas plataformas curriculares dos cursos de graduação em Educação Física, com objetivo de adequá-los às reais necessidades da sociedade brasileira;
- 3- Interação efetiva com outros conselhos profissionais (medicina, fisioterapia, enfermagem, contabilidade, etc);
- 4- Avaliação crítica da grade existente na Nova CBO (Classificação Brasileira de Ocupações), visando adequá-la aos possíveis novos mercados;
- 5- Enfrentamento adequado dos gargalos atuais da regulamentação (como por exemplo as artes marciais, dança, yoga, etc);
- 6- Criação de um fórum privilegiado e regular que congregue uma parcela significativa de profissionais para discutirem e deliberarem sobre temas críticos relacionados com a área de atuação profissional.

A área da Educação Física no Brasil encontra-se em plena expansão, demandando esforços cada vez maiores do profissional, no sentido de aprofundar continuamente sua capacitação e melhorar sua qualidade na prestação de serviços. Algumas tendências ilustram o processo expansionista deste mercado no país. Boschi (2005), afirma que mesmo havendo uma projeção anual de aproximadamente 19.295 novos profissionais (formados nos 397 cursos de Educação Física no Brasil), a relação entre profissional e praticantes pode tender a aumentar, na medida em que políticas públicas que visem incentivar as práticas esportivas sejam implementadas impulsionando a absorção direta e indireta de parte dos novos profissionais.

Durante análise do cenário da formação profissional de Educação Física, Tojal (2005) verifica a tendência da abertura de novos cursos de Educação Física no Brasil e em especial novos cursos de pós-graduação relacionados com as diversas áreas de atuação.

Segundo Alves (2005), as sete tendências do desenvolvimento do esporte brasileiro sob o ponto de vista econômico são:

- 1- Deverá haver nos próximos anos um significativo aumento dos recursos públicos destinados ao esporte no Brasil.
- 2- Deverá acontecer uma distribuição mais equitativa do investimento público nas várias formas de manifestação da atividade física e esportiva no Brasil.
- 3- Haverá uma maior participação das empresas privadas no financiamento do esporte;
- 4- Acontecerá um aumento da demanda por atividades físicas e esportivas por parte da população.
- 5- Uma maior nacionalização na produção de equipamentos e materiais esportivos em razão da demanda por estes itens gerada pelo aumento da prática de atividades físicas e esportivas.
- 6- Um aumento na participação do esporte em toda a mídia por consequência da valorização social, mercadológica e política das atividades físicas e esportivas no Brasil.
- 7- O consumidor de esportes será “descoberto” no Brasil a partir de estudos e pesquisas que já começam a mostrar importantes características deste consumidor especial.

Em uma abordagem sobre as tendências gerais no cenário dos esportes e atividades físicas no Brasil, DaCosta (2005), afirma que o número total de praticantes, seguindo uma tendência internacional, continuará a crescer, havendo inclusive uma melhoria no aproveitamento do potencial atlético nacional (atualmente no patamar de 1/5 do potencial estimado para o país). De acordo com o mesmo autor, haverá o consequente aumento nos impactos econômicos provocados pelos efeitos que ocorrerão em cima das variáveis econômicas relacionadas com as atividades físicas e os esportes.

Uma outra tendência, plausível de ser estimada, reside no aumento gradativo de concursos públicos específicos para profissionais de Educação Física fora da tradicional função de professor da área da educação (como por exemplo nas áreas da saúde, promoção social, segurança e esporte), onde o papel dos Conselhos Regionais e futuros sindicatos será determinante neste processo.

A educação continuada e a participação ativa do profissional de Educação Física nos processos de discussões e deliberações sobre as principais questões críticas relacionadas com sua intervenção profissional, podem ser consideradas como peças fundamentais no desenvolvimento da profissão e no atendimento adequado aos anseios da sociedade.

Referências

ALVES, José Antonio Barros. Cenário de tendências econômicas dos esportes e atividades físicas no Brasil. In: DaCOSTA, Lamartine Pereira (org.). **Atlas do esporte no Brasil: atlas do esporte, educação física e atividades físicas de saúde e lazer no Brasil**. Rio de Janeiro: Shape, 2005. p. 859.

BOSCHI, Rodrigo Fortini. Cenário de tendências de emprego na área de esportes e atividades físicas. In: DaCOSTA, Lamartine Pereira (org.). **Atlas do esporte no Brasil: atlas do esporte, educação física e atividades físicas de saúde e lazer no Brasil**. Rio de Janeiro: Shape, 2005. p. 859.

BRASIL. Conselho Federal de Contabilidade. Resolução nº 1003, de 19 de agosto de 2004. Aprova a NBC T 15 - Informações de natureza social e ambiental. **Conselho Federal de Contabilidade**. Disponível em: <http://www.cfcspw.cfc.org.br/resolucoes_cfc/Res_1003.doc> Acesso em: 20 ago. 2005.

_____. Conselho Federal de Educação Física. Resolução nº 046, de 18 de fevereiro de 2002. Dispõe sobre a intervenção do profissional de educação e respectivas competências e define os seus campos de atuação profissional. **Conselho Federal de Educação Física**. Disponível em: <http://www.confef.org.br/extra/resolucoes/conteudo.asp?cd_resol=82> Acesso em: 20 ago. 2005.

_____. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 218, de 06 de março de 1997. Reconhece como profissional de saúde de nível superior as seguintes categorias: assistentes sociais, biólogos, profissionais de educação física, enfermeiros, farmacêuticos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, médicos, médicos veterinários, nutricionistas, psicólogos e terapeutas ocupacionais. **Conselho Nacional de Saúde**. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/docs/Resolucoes/Reso218.doc>> Acesso em: 20 ago. 2005.

_____. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 287, de 08 de outubro de 1998. Relaciona 14 (quatorze) categorias profissionais de saúde de nível superior para fins de atuação no CNS: assistentes sociais, biólogos, profissionais de educação física, enfermeiros, farmacêuticos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, médicos, médicos veterinários, nutricionistas, psicólogos e terapeutas ocupacionais. **Conselho Nacional de Saúde**. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/docs/Reso287.doc>> Acesso em: 20 ago. 2005.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Senado Federal - Subsecretaria de Informação**. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/listatextointegral.action?id=75723>> Acesso em: 20 ago. 2005.

_____. Lei nº 9.696, de 01 de setembro de 1998. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de educação física e cria os respectivos conselho federal e conselhos regionais de educação física. **Senado Federal - Subsecretaria de Informação**. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/listatextointegral.action?id=128260>> Acesso em: 20 ago. 2005.

_____. Lei nº 10.328, de 12 de dezembro de 2001. Introduz a palavra “obrigatório” após a expressão “curricular” constante no parágrafo 3 do artigo 26 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Senado Federal - Subsecretaria de Informação**. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/listatextointegral.action?id=221394>> Acesso em: 20 ago. 2005.

CAPINUSSÚ, José Maurício. **Administração desportiva moderna**. São Paulo: IBRASA, 2002. p.97-102.

CASTELLANI FILHO, Lino. **Política educacional e educação física**. Coleção polêmicas do nosso tempo, n. 60. Campinas: Editora Autores Associados, 1998. p.53-70.

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA. **Documento de intervenção do profissional de educação física**. Rio de Janeiro: CONFEF, 2002. Disponível em: <http://www.confef.org.br/extra/resolucoes/conteudo.asp?cd_resol=82> Acesso em: 20 ago. 2005.

DaCOSTA, Lamartine Pereira. Cenário de tendências gerais dos esportes e atividades físicas no Brasil. In: _____ (org.). **Atlas do esporte no Brasil: atlas do esporte, educação física e atividades físicas de saúde e lazer no Brasil**. Rio de Janeiro: Shape, 2005. p. 859.

Educação física escolar: nossa conquista passo a passo. **Revista E.F.-Educação Física**. Rio de Janeiro, n.02, p.17-19. mar. 2002.

ESTEVES, Andréa. Ganhando espaço: a sociedade exige do poder público apoio ao trabalho do sistema CONFEF/CREFs. **Revista E.F.-Educação Física**. Rio de Janeiro, especial, p.10-14. out. 2003.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA. **Manifesto mundial da educação física-2000**. Foz do Iguaçu: FIEP-Delegacia Geral do Brasil, 2000. 55 p.

GALINDO, Alexandre Gomes. Mercado de trabalho do ensino do karate: potenciais áreas de ação social. In: 1º SEMINÁRIO SULAMERICANO DE KARATE-DO DA FIEP-XVI CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA-FIEP, 2001, Foz do Iguaçu. **Anais...Federação Internacional de Educação Física**. Paraná, 2001. V1, p 289.

GRIFI, Giampiero. **História da educação física e do esporte**. Porto Alegre: D.C. Luzzatto, 1989. p.11-36.

KLOETZEL, Kurt. **As bases da medicina preventiva**. São Paulo: EDART, 1973. p.18-21.

LEME, Ana Flávia Paes. CONFEF: perfil do profissional de educação física registrado no RJ em relação ao código de ética. In: DaCOSTA, Lamartine Pereira (org.). **Atlas do esporte no Brasil: atlas do esporte, educação física e atividades físicas de saúde e lazer no Brasil**. Rio de Janeiro: Shape, 2005. p. 121-124.

OLIVEIRA, Amauri A. Bássoli de. Mercado de trabalho em educação física e a formação profissional. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**. Brasília, v.8, n.4, p.45-50, set. 2000.
Panorama CONFED/CREFs: Nova CBO (classificação brasileira de ocupações). **Revista E.F.- Educação Física**. Rio de Janeiro, n.05, p.29. dez. 2002.

PIMENTEL, Giuliano Gomes de Assis. Educação física e atuação profissional no lazer. **Revista Movimento & Percepção**. Espírito Santo do Pinhal, v.1, n.1, p.26-43. 2002.

PITANGA, Francisco José Gandim. **Epidemiologia da atividade física, exercício físico e saúde**. 2 ed. São Paulo: Phorte Editora, 2004. 174 p.

RAMOS, Glauco Nunes Souto. Os estágios extracurriculares na preparação profissional em educação física. **Revista Movimento & Percepção**. Espírito Santo do Pinhal, v.1, n.1, p.127-141. 2002.

REVISTA SPRINT MAGAZINE. Conselho regional já: educação física-história da regulamentação. Rio de Janeiro: Editora Sprint, n. 103, jul/ago. 1999.

REZENDE, José Ricardo. **Organização e administração no esporte**. Rio de Janeiro: Editora Sprint, 2000. p.45-49.

STEINHILBER, Jorge. Conselho Federal de Educação Física: CONFED. In: DaCOSTA, Lamartine Pereira (org.). **Atlas do esporte no Brasil: atlas do esporte, educação física e atividades físicas de saúde e lazer no Brasil**. Rio de Janeiro: Shape, 2005. p. 116-118.

TOJAL, João Batista Andreotti Gomes. Cenário da formação profissional em educação física, esportes e atividades físicas no Brasil. In: DaCOSTA, Lamartine Pereira (org.). **Atlas do esporte no Brasil: atlas do esporte, educação física e atividades físicas de saúde e lazer no Brasil**. Rio de Janeiro: Shape, 2005. p. 860.

TORRENS, Luiz Gustavo Santos; SANTOS, Maria Gisele dos. Atuação do profissional de educação física. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**. Brasília, v.11, n.1, p.41-44, jan. 2000.

TOSCANO, José Jean de Oliveira. Academia de ginástica: um serviço de saúde latente. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**. Brasília, v.9, n.1, p.40-42, jan. 2000.